

GESTÃO ESCOLAR: APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS - ESCOLA MUNICIPAL AGRÍCOLA GOVERNADOR ARNALDO ESTEVÃO DE FIGUEIREDO CAMPO GRANDE/MS

GAMA, Suely Cristna S.da /SEMED
suely.gama@hotmail.com

PACHECO, Ilza Alves/SEMED
Ilza.educ@gmail.com

JESUS, Kleide Ferreira de/SEMED
kleideferreira@hotmail.com

EIXO: 1. Educação do campo, movimentos sociais e Políticas Públicas

RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de conhecer, apresentar e analisar as condições em que se dá a gestão escolar na Escola Municipal Agrícola Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo (Campo Grande-MS) e averiguar a proveniência, obtenção e uso (aplicação e distribuição) das verbas e recursos de 2009 a 2011. A pesquisa teve caráter exploratório descritivo de dados para um estudo de caso. Visitas à escola foram realizadas com o propósito de observar e registrar dados de sua realidade física, seu ensino, currículo e gestão. Os documentos foram consultados com permissão dos gestores e fotos foram autorizadas. Constatou-se a oferta do ensino fundamental desde sua fundação, do ensino médio e médio profissionalizante na opção Técnico agrícola; as verbas públicas são insuficientes para o desenvolvimento das ações previstas ano a ano; o projeto político pedagógico da escola só se realiza graças a parcerias com instituições e fazendas das adjacências. Constatou-se que a formulação das políticas para a educação do/no campo foi intensificada nos últimos anos e que a escola buscou caminhos para obter recursos que atendessem seus propósitos pedagógico-curriculares. Desafios a serem superada insuficiência de financiamento público para a educação pública e gratuita do/no campo, baixa efetivação de práticas representativas dos avanços da política educacional. Aprende-se a relevância de não apenas inserir nas agendas políticas dos governos os problemas da educação do/no campo, mas de contar com os Movimentos Sociais integrando processos pelos quais as políticas públicas possam ser objetivadas nas escolas. O papel do gestor escolar é mediar e articular oficialmente a construção coletiva de um projeto pedagógico coerente com os avanços da política pública em educação. A escola em estudo abriu um caminho de parcerias que outras podem imitar. Deve-se lembrar de, contudo que parcerias são eventos que podem ser suspensos a qualquer momento daí a relevância de uma política pública que financie a educação de qualidade social em escolas do/no campo.

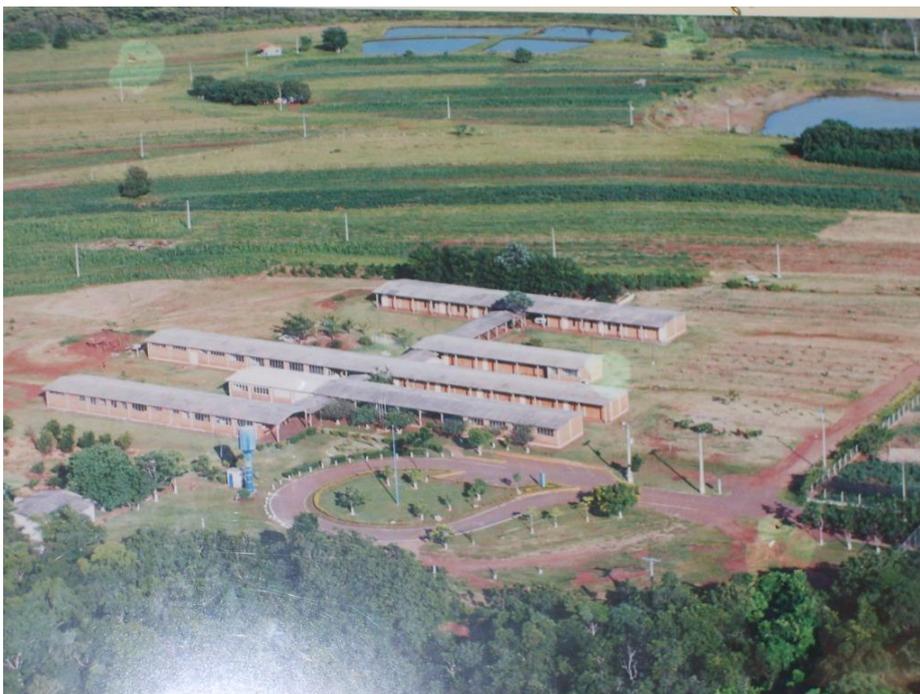
Palavras Chave: Educação no campo. Escola Agrícola. Financiamento da Educação. Gestão Democrática

A ESCOLA MUNICIPAL AGRÍCOLA GOVERNADOR ARNALDO ESTEVÃO DE FIGUEIREDO: EMERGENCIA E HISTORICIDADE DE AÇÕES VOLTADAS À EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Neste capítulo pretendo apresentar, contextualizar e analisar dados reveladores dos processos educativos ofertados pela Escola Municipal Agrícola Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, voltados a uma educação de qualidade, em um momento histórico em que estabeleceu rumos ao fazer pedagógico, refletiu sobre sua prática educativa e considerou as contribuições individuais e coletivas, em atendimento às novas demandas por educação, tornando-a consoante ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Regimento Escolar, aos Parâmetros Curriculares Nacionais e às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio.

A Escola Municipal Agrícola Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo está situada na Rodovia MS 451, km 10 - Três Barras - Zona Rural- Campo Grande. As autoridades municipais e a União respondem pelo financiamento necessário à sua manutenção e desenvolvimento escolar mediante Entidade Mantenedora – Prefeitura Municipal de Campo Grande através da SEMED (Secretaria Municipal de Educação). Sua extensão geográfica é de 148 ha e 7.229 m² há e sua área construída possui 2.263,10 metros quadrados. É composta por 10 unidades didáticas, 2 áreas de desenvolvimento de atividades agrícolas.

Fotografia 1 Panorâmica da escola Agrícola



Fonte: Quadro mural da sala da direção na escola

A Escola Municipal Agrícola Governador Arnaldo Estevão de Figueiredo criada através da Lei n. 3.291 de 08 de novembro de 1996, foi implantada em 1997, em cumprimento ao seu objetivo de oferecer inicialmente as séries finais do Ensino Fundamental, em turno integral com ensino voltado para a pré-qualificação em agropecuária e o aperfeiçoamento das atividades na área rural, vocação econômica de Campo Grande.

Tem como Missão: assegurar um ensino formal de qualidade com ênfase em agropecuária, propondo desenvolver a compreensão ampla do processo de desenvolvimento sustentável de produção, apreensão do saber tecnológico, a valorização do trabalho e a sensibilização dos valores necessários à tomada de decisões.

No início, eram oferecidas duas turmas para ingresso na 5ª série, onde são atendidos todos os alunos da zona rural da região de Três Barras, com intuito de se fixar no campo o homem do campo. Não preenchendo as vagas disponíveis elas são oferecidas aos alunos da zona urbana que tenham aptidão para a lida no campo. A implantação do Ensino Fundamental ocorreu de forma gradativa.

A escola iniciou suas atividades com 72 alunos e 05 professores. Hoje são aproximadamente 420 alunos, 28 professores sendo 02 engenheiros agrônomos, 01 médico veterinário, 02 zootecnistas e 02 biólogos; conta com aproximadamente 20 funcionários administrativos, todos comprometidos com o ideal de melhorar a qualidade

de ensino, tendo como foco principal de todas as ações, o bem estar do aluno e sua qualificação. Diferentes dependências foram construídas ao longo das gestões que a escola experimentou:

- a biblioteca da escola fundada em 1999 recebeu o nome do professor Eduardo Borges da Silva, uma homenagem da comunidade escolar em reconhecimento aos muitos anos de trabalho.
- com o objetivo de ampliar as aulas práticas foi implantado no ano de 2000, a cozinha experimental;
- em 2001 foram implantados o setor da piscicultura e o laboratório de informática;
- atendendo o anseio da comunidade a Secretaria Municipal de Educação juntamente com a direção da escola, como forma de garantir aos alunos, a possibilidade de prosseguimento dos estudos e qualificação para o trabalho, implantou a partir de 2006, o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional;
- Buscando propiciar melhor atendimento aos alunos do Curso Ensino Médio, deu-se início, no final do ano de 2006 a construção de mais um pavilhão contendo 03 salas de aulas, banheiros e armários individuais para os alunos; além da ampliação da cozinha experimental que proporcionará maiores oportunidades de aprendizagens.
- No mês de outubro de 2007, a Coordenadoria Geral de Gestão de Políticas Educacionais e Divisão de Educação do Campo decidiram, após reflexão, viabilizar o remanejamento dos alunos dos anos iniciais das escolas Extensão Aeroporto Santa Maria, Extensão Elias Alves Barbosa Filho, Extensão Fazenda Engenho e Extensão Três Barras para esta escola.

Deve-se ressaltar que o remanejamento é uma forma de garantir aos alunos a continuidade do processo escolar com a mesma qualidade de ensino, uma vez que muitos alunos, concluintes dos anos iniciais, buscavam, posteriormente, vagas nesta unidade de ensino.

É importante destacar que essa etapa do ensino (1º a 5º ano) também será beneficiada coma proposta de currículo integral, a qual foi elaborada pelos técnicos da

Divisão de Educação Básica do Campo, respaldada por pesquisas e interfaces necessárias. A proposta foi encaminhada à escola para que os professores analisassem e fizessem as alterações e considerações necessárias para que a mesma esteja em consonância com a realidade escolar, visando à formação do aluno como sujeito autônomo.

No plano da gestão a escola, está reformulando constantemente, sua proposta Pedagógica representa um desafio e uma busca constante pela melhoria do processo aliando o conhecimento da base comum nacional às práticas agropecuárias, visando a preparação para o trabalho, associadamente com a formação geral do educando.

No atual PPP da escola encontram-se significações dadas por seus autores à forma de gestão adotada, às dimensões de sua estrutura física, à missão social e visão de futuro que compartilham, ao elenco de pressupostos teóricos que dão sustentação às práticas pedagógicas admitidas, aos objetivos, metas e ações concretas para alcançá-los. As etapas do ensino são apresentadas da seguinte forma: Ensino Fundamental com pré-qualificação em agropecuária e Ensino Médio integrado a Educação Profissional de nível médio - Técnico em agropecuária.

No PPP da escola, encontram-se os conteúdos das finalidades, objetivos, metodologia, matriz curricular, critérios de acesso e critério de avaliação das etapas do ensino ofertado. É apresentado o regime escolar destacando-se aspectos relevantes ao bom andamento da escola.

Em seu histórico de gestores a escola contou a partir de sua implantação com o professor diretor Moacir José da Silva Borges e com a diretora adjunta, professora Almerinda Flores Leal, que ocupou o cargo por 3 anos sendo substituída pela professora Suely de Souza que permaneceu até 2001, quando então foi nomeado diretor, o professor Luiz Taira, atual diretor adjunto da escola

Quanto à preparação para o mercado de trabalho além dos subsídios necessários à formulação de competências, habilidades e bases tecnológicas para a área profissional de agropecuária serão incentivadas condutas acerca do perfil do técnico nesta área.

2.1 Escola como espaço de formação humana

Quanto a estrutura física a escola compõe-se de: 01 sala de direção, 01 secretaria, 01 sala de professores, 01 sala para orientação e supervisão, 10 unidades didáticas de produção, 16 salas de aula em que pode-se observar na fotografia n. 2 que em todas as paredes há quadros informativos, 01 biblioteca, 01 laboratório de Ciências Físicas e Biológicas, 01 laboratório de informática, 01 almoxarifado, 01 sala de atendimento médico, 01 sala de atendimento odontológico, 01 enfermaria, 01 sala de curativo, 01 refeitório, 02 cozinhas, 01 padaria experimental, 05 banheiros masculino e 05 feminino, 01 quadra de esportes coberta, 01 campo de futebol Suíço, 02 galpões para implementos agrícolas, 01 galpão para processamento da cana de açúcar visto na fotografia n. 03.

Ambiente Escolar é definido como lugar destinado ao cumprimento das leis da educação, onde ocorrem situações de aprendizagens diversas e significativas, proporcionando aos alunos espaços para estudo, para prática produtiva e análise da realidade, contribuindo para a transformação do meio em que vivem.

Unidades Didáticas de Campo e Setores de Produção Agropecuária têm por objetivo propiciar conhecimento correspondente à vocação da unidade escolar, em suas áreas específicas que dão suporte à prática dos professores e alunos, a saber: bovinocultura, suinocultura, avicultura, apiário, horticultura, piscicultura, viticultura, citricultura, bananicultura e maracujá, inter-relacionado à lavoura, pecuária, as operações de produção agrícola, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos, incluindo a trilha ecológica, laboratório de ciências físicas e biológicas e o conhecimento sobre as culturas de milho, feijão, mandioca, pastagens e forragens.

Biblioteca espaço organizado de forma a atender a comunidade escolar, disponibilizando livros e recursos que permitam uma aprendizagem significativa aos seus membros, tornando-os utilizadores efetivos da informação em todos os suportes e meios de comunicação. Possui um acervo múltiplo que atende várias áreas do conhecimento da base nacional comum, da pré-qualificação prevista na parte diversificada do ensino fundamental e qualificação profissional de nível técnico em agropecuária (em processo de construção).

Livro Didático na organização do espaço escolar é levado em consideração a utilização do livro didático por professores e alunos, como um instrumento de facilitação do processo de ensino e aprendizagem.

Laboratório de Informática utilizado como mais um recurso de apoio ao fazer pedagógico dos professores, contribui para o desenvolvimento cognitivo dos alunos e para ampliar possibilidades de análise da realidade além de dotá-los de conhecimentos técnicos para o exercício de qualquer profissão. No desenvolvimento de projetos agropecuários dará suporte para acompanhamento, registros de tempo, custos de produção, pesquisas, interpretações de resultados e indicadores futuros.

Espaço físico espaço específico para Ensino Fundamental e Ensino Médio integrado à educação profissional, respeitando às peculiaridades de cada etapa de ensino.

Pátio e área de circulação ambiente agradável para permanência de alunos e funcionários durante os intervalos, contendo bancadas e mesas, onde os alunos jogam xadrez e dama, bosque, onde os alunos descansam, conversam e lancham.

Setores de produção agrícola espaços destinados a propiciar conhecimento correspondente à vocação da unidade escolar, dando suporte à prática dos professores e alunos, a saber: bovinocultura, suinocultura, avicultura, horticultura, piscicultura, citricultura, bananicultura, maracujá, projeto PAIS, dentre outras práticas de campo.

2.2 Atividades desenvolvidas setores/área

Setor Pecuário: Possui um rebanho leiteiro. Dispõem de um curral coberto, tronco para manejo, banheiro zootécnico, máquinas e implementos diversos como: balança eletrônica, triturador de ração, carreta para transporte de alimento e um botijão de sêmen para inseminação artificial.

Área de Avicultura: A avicultura de postura está instalada em dois galpões de área coberta equipados com um sistema de comedouros manuais e bebedouros automáticos.

Área de Suinocultura: É composta por um galpão coberto, dividido em treze baias para manejo de matrizes, cachacos e engorda. Há no local farmácia veterinária, dois mangueiros para reprodução e sistema de decantação de dejetos.

Piscicultura 04 tanques, medindo 1000m³ cada, com capacidade total de produção para toneladas/ano.

Setor Agrícola o setor dispõe de áreas para produções diversas visando consumo interno e área destinada a campo experimental, voltado para o desenvolvimento de pesquisas.

Área de Horticultura Fruticultura área destinada ao cultivo de frutas e hortaliças diversas, visando a produção para consumo interno e também para estudo e pesquisa. Conta com uma estufa, sistema de irrigação por aspersão (tipo santeno) e gotejamento, compostagem para a produção de húmus para a horticultura orgânica.

A proposta pedagógica da educação do campo /no campo na escola em questão não está paralisada na. Pelo contrário, a despeito de dificuldades para gestar e gerenciar um ínfimo financiamento público, conta com parcerias que se tornam mais ou menos cativas ao longo do processo, se diversificam, mas não são instituídas mas apenas recomendadas na legislação. Porém as gestões que por ali passam criam vínculos com a realidade dos sujeitos envolvidos, se esforçam para valorizar os costumes e a cultura de modo a alcançar uma compreensão da totalidade social na qual a escola se insere.

Em um momento de sua obra Paulo Freire (1970), esclarece o sentido de se investigar a realidade social na qual a educação se insere com o argumento de que no plano teórico-metodológico

Esta investigação implica, necessariamente, em uma metodologia que não pode contradizer a dialogicidade da educação libertadora. Daí que seja igualmente dialógica. Daí que conscientizadora também proporcione, ao mesmo tempo, a apreensão dos temas geradores e a tomada de consciência dos indivíduos em torno dos mesmos(FREIRE,1970,p.87).

De fato, o sentido da participação coletiva na construção do projeto político pedagógico das escolas do/no campo é seu enraizamento nos contextos sociais, culturais e econômicos da sociedade no/do campo que quer acolhê-la como proposta de ensino e aprendizagem que viabilize e valorize os conhecimento prévios dos sujeitos da escola do campo.

2.3 Organização curricular

O currículo do Ensino Fundamental desta escola é organizado em nove anos com 200 dias letivos, período integral, diurno, carga horária de 1.280 h/ano, oferecendo Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Educação Física, Artes, Língua estrangeira – Inglês e Ensino Religioso.

A parte diversificada é destinada à valorização do trabalho na terra, aprendizagem de novas formas de desenvolvimento sustentável e novas tecnologias por meio de parcerias. Para tanto se faz necessário um currículo de 1º a 5º ano com os seguintes componentes: Jogos Recreativos e Brincadeiras de Infância, Iniciação às Práticas Agrícolas, Iniciação às Práticas Zootécnicas, Iniciação à Informática Aplicada, Educação Ambiental e Artes e Regionalismo. De 6º a 9º anos, o currículo deverá conter os componentes de Práticas Agrícolas, Práticas Zootécnicas, Práticas Industriais e Práticas Comerciais.

Os Objetivos, conteúdos, critérios de avaliação e as possíveis interações entre as diversas áreas do conhecimento a serem trabalhados em cada ano e em cada área do conhecimento e componente curricular da Base Nacional Comum, e da específica, bem como as habilidades e competências a serem desenvolvidas.

A assim sendo a organização curricular tem que ter clara a intencionalidade política para o fazer do educador para que o mesmo valoriza os valores e a cultural da sua realidade para que suas ações praticas venha contemplar os sujeitos que ali vivem.

2.3.1- Projetos de ensino

Ensino Fundamental: Anos iniciais e finais com pré-qualificação em agropecuária.

Ensino Médio: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de nível médio – Técnico em Agropecuária.

Projetos interdisciplinares: Ocorrem em ambientes escolares (salas de aula, unidades didáticas e setores de produção agrícola) formando a articulação entre a educação formal, pré-qualificação e qualificação para o trabalho. Desenvolvidos, em conjunto com a equipe de professores, apoios de campo, parcerias com proprietários da região, instituições educacionais e aquelas voltadas ao agronegócio, no sentido de

mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades e valores, adquiridos ao longo do processo.

2.3.2 Projetos Extracurriculares

Os desenvolvimentos de projetos extracurriculares são vistos como meio para que o aluno desenvolva competências e habilidades, exercitando sua própria maneira de pensar, sentir e ser, ampliando suas hipóteses explicativas de mundo, sociedade e escola e preparando-se para as exigências do mundo do trabalho.

-Feira Agropecuária: realizada anualmente com intuito de demonstrar as aprendizagens adquiridas e divulgar à comunidade os resultados obtidos nos vários setores produtivos da escola, através de exposição. Ação Comunitária: Realizada pelos alunos das 8º anos, na Escola Municipal Leovegildo de Melo, onde os mesmos fazem demonstrações a todos os alunos, sobre questões relacionadas a higiene, prevenção de doenças e acidentes domésticos e preservação ambiental, sob coordenação da professora de Ciências em parceria com a unidade de saúde, visando o desenvolvimento da cidadania;

- Festa do Milho: Culminância do projeto desenvolvido na escola aliando teoria e prática nas diversas disciplinas (estudo sobre a cultura do milho, preparação do solo, plantio, cultivo e colheita) – transformando-o em sub produtos (bolo, curau, pamonha...) que serão consumidos em grande festa na própria comunidade escolar;

-Visita à Expo-grande: Realizada anualmente com a finalidade de ampliar a visão dos alunos sobre as possibilidades de atuação nos diversos ramos do agronegócio, das cadeias produtivas, na utilização de implementos agrícolas, conhecendo as novas tecnologias e sua utilização no desenvolvimento do trabalho no campo;

-Projeto Cooperativismo: Tem como culminância a realização da gincana Sócio Educativa Cultural- Formando cidadãos solidários. Desenvolvida na comunidade escolar, tendo como objetivo despertar nos alunos a solidariedade, trabalho em equipe e a formação de líderes;

-Projeto Cooper leitura: Executado durante o ano letivo, com objetivo de desenvolver, não só o gosto pela leitura, como também procedimentos elaborados para a construção de leitores autônomos. Conta como uma forma de avaliação a festa da leitura, com apresentações de trabalhos (teatro, poesias, exposição das produções e dos livros lidos...) realizados no projeto;

-Projeto Coop humos: objetiva desenvolver em laboratório de produção de humos – minhocário - o estudo e aplicação dos conhecimentos utilizando esse produto como adubo orgânico nos canteiros experimentais, em atividades práticas desenvolvidas por professores e alunos;

- Projeto Revitalização do Córrego Rabicho: Desenvolver, através da revitalização da nascente do córrego, por meio de plantio de árvores nativas, a consciência de preservação do meio ambiente, como forma de garantir a continuidade do ecossistema da região em está inserida a comunidade; realizado por professores e alunos de todas as séries;

-Projeto “Lixo, o Problema Também é Seu”: objetiva mudar atitudes perante a problemática do lixo através da coleta seletiva, direcionando o lixo orgânico para a composteira, os papéis e plásticos, para a reciclagem (em parceria) e os demais lixos, para o aterro; envolvendo diretores, funcionários, professores e alunos;

-Projeto Processamento e Aproveitamento do Leite em Processo Semi – Industrial: Atividades específicas da disciplina de Práticas Industriais, desenvolvidas na cozinha experimental, onde os alunos aprendem desde a seleção, o manuseio e processos químicos ocorridos nos produtos a serem fabricados; acompanhando e participando de todas as etapas de transformação positiva do leite em seus derivados: fabrico de queijo minas frescal, padrão, mussarela, prato, ricota, requeijão fundido e cremoso, manteiga, iogurte, doce de leite cremoso e em barras e leite condensado levando em conta todos os processos abrangendo da higiene à embalagem dos produtos;

-Projeto Horta Medicinal: Ampliar o conhecimento técnico dos alunos e a prática de plantio como implementação da horta medicinal e promovendo o conhecimento e a utilização racional da flora medicinal local, como forma de

perpetuar a cultura passada de geração em geração, aumentando a fonte de renda familiar;

- Projeto UCA um computador por aluno, este projeto consiste em capacitar os professores, afim de instrumentalizar os notebook como recurso metodológico para o aprendizado dos alunos, como também é utilizados pelos próprios alunos durante o intervalo das aulas para estudo e/ou lazer com acesso a rede da internet.

- Orientação Profissional: É realizada pela Orientadora Educacional e pelos professores da área específica do curso, no sentido de nortear os educandos quanto às opções oferecidas nas Unidades Didáticas. Contidas na escola, visitas a outras unidades relacionadas às cadeias produtivas com as quais a escola mantém parcerias, a saber: viveiro, haras, apiário, fazendas circunvizinhas, UNIDERP e outros, através de palestras, elaboração de projetos e execução de tarefas.

Ampliando a compreensão da organização do ensino e do trabalho pedagógico em escolas do campo pode-se afirmar a busca de dimensões sócio-políticas, envolvendo os sujeitos educativos em uma distinta forma de organização do trabalho pedagógico e do trato com o conhecimento, apontando tanto para a busca de processos participativos de ensino aprendizagem, quanto de ação social para a transformação.

Neste sentido, tais propósitos estabelecem coerência com esta concepção de educação: educação para a transformação social - vínculo orgânico entre processos educativos, processos políticos, econômicos e cultura; educação para o trabalho e a cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; e educação como um processo permanente de formação e transformação humana. Entende-se, portanto que as escolas do campo destinam-se ao atendimento escolar da Educação Básica para a população rural, em suas mais variadas formas de produção de vida.

No plano da representação dos interesses da população e dos movimentos sociais na educação do campo, há em Mato Grosso do Sul, institucionalizado a partir da Secretaria de Estado de Educação - SED, através da Resolução SED/MS 1507/2001, a admissão no plano legal do Comitê da Educação Básica do Campo, como órgão de natureza consultiva, voltado para o estudo, formulação de proposta de trabalho, de políticas e diretrizes para Educação do Campo.

No plano municipal, a Secretaria Municipal de Educação – SEMED orienta-se pela Deliberação CME/MS n. 960, de 10 de setembro de 2009 para organizar, credenciar e autorizar o funcionamento da educação básica nas escolas do campo na rede municipal. Nesta Deliberação, a Educação do Campo é entendida como forma de ação político-social, em oposição à tradicional educação rural, transposição empobrecida da educação construída para as áreas flexão da realidade dos povos do campo, de seu trabalho, suas linguagens, de suas formas de vida e, sobretudo, de um novo projeto político de desenvolvimento. No âmbito da política da educação do campo se dá com o fortalecimento dos seminários e dos debates para as ações nas escolas.

GESTÃO E FINANCIAMENTO DOS RECURSOS DA ESCOLA AGRÍCOLA ARNALDO DE FIGUEIREDO: O CASO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)

Neste capítulo, será abordado como a gestão escolar organiza e aplica as verbas recebidas do poder público. Durante a década de 1990 se produziram mudanças substanciais na educação brasileira, uma das principais diretrizes no contexto neoliberal foi a reorganização do Estado e a contenção dos gastos públicos, especialmente os destinados a financiar as políticas sociais e mais especificamente a educação.

Mediante a aprovação da Emenda Constitucional (EC), N.14, aprovada em 12 de setembro de 1996, que regulamentou o financiamento da educação com o intuito de atender às exigências dos organismos internacionais, no que diz respeito à reforma do estado e à contenção do gasto público.

A referida EC modificou os artigos da Constituição referentes à educação e deu nova redação ao art. 60, que determinava a criação de um fundo de natureza contábil para a manutenção do ensino fundamental e valorização do magistério.

Como se pode verificar os programas do Governo Federal de repasse de verbas para a escola que funciona como uma complementação do investimento na educação.

Um dos mais importantes, como vimos, é o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

As verbas e os recursos do PDDE são transferidas para as contas bancárias das escolas, sem necessidade de assinatura de convênios anualmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Os órgãos colegiados das escolas, como, por exemplo, os Conselhos Escolares, são os responsáveis pela definição da forma de utilização dos recursos, que deve ser em conformidade com as decisões da comunidade.

A Resolução FNDE/CD/n.º 043, de 11 de novembro de 2005, define no art. 4º que as escolas públicas receberão os recursos financeiros do PDDE em parcela única, anual, da seguinte forma:

As escolas públicas com um número de alunos igual ou superior a 50 estudantes matriculados devem criar Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres ou entidades equivalentes para que possam receber os benefícios advindos dos recursos do PDDE. Assim, apenas as escolas com até 50 alunos sem unidades executoras próprias podem receber indiretamente os recursos.

Dessa forma a escola agrícola na recebe hoje esse repasse de verbas.

Relativamente ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Ministério da Educação tem trabalhado com o objetivo de garantir uma educação de qualidade para todos, a partir das diretrizes de democratização do acesso e garantia de permanência em todos os níveis de ensino, qualidade social na educação e democratização da gestão.

Nesse sentido, o MEC mantém o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que consiste na transferência de recursos financeiros, anualmente, em uma única parcela, em favor das escolas públicas do ensino fundamental e das escolas privadas de educação especial.

3.1. Objetivo do Programa

Os objetivos do PDDE são:

-contribuir para a manutenção e melhoria da infra-estrutura física e pedagógica das instituições de ensino;

- reforçar a autonomia gerencial e participação social das instituições de ensino;
- concorrer para a equidade na oferta e elevação da qualidade do ensino fundamental.

As condições para as escolas serem beneficiadas:

- possuir alunos matriculados no ensino fundamental, nas modalidades regular, especial ou indígena, de acordo com os dados extraídos do censo escolar realizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), no ano anterior ao atendimento;

- permanecer em atividade no ano de repasse dos recursos;

- dispor de Unidade Executora Própria (Uex).

A unidade Executora: é a entidade ou órgão responsável pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos transferidos pelo FNDE, para o atendimento das escolas.

O Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA) é um Programa do MEC, elaborado em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de educação, que estabelece um conjunto de ações para o ensino público fundamental regular, o programa é financiado com recursos federais e de empréstimos internacionais, junto ao Banco Mundial.

3.2 – Aspectos da gestão financeira da Escola Pública Municipal Agrícola estudada

Para compreender a origem e a aplicação dos recursos financeiros obtidos da escola no ano de 2011 e enriquecer o presente trabalho, realizei um levantamento de dados, mediante entrevista estruturada com o diretor da escola observada cujos resultados são a seguir aqui transcritos.

_Em relação aos recursos que a escola recebe hoje, quais são?

Resposta: Trabalhamos hoje com os recursos do FUNDEB e os recursos do município que os jovens recebem, assim como incentivos no campo.

_A escola recebe recursos da Secretaria de Educação do município? Qual?

Resposta: FUNDEB

_A escola recebe recursos da secretaria do Estado. Qual?

Resposta: Não recebemos. Mesmo a escola trabalhando com o ensino médio não recebemos por que temos uma proposta pedagógica diferenciada, voltada para o jovens que faz ensino médio com objetivo de estudar e trabalhar no campo.

_A APM é atuante juntamente com o gestor da escola?

Resposta: A APM trabalha juntamente com o gestor ela é bastante participativa trabalha paralelo com o gestor caso tenho problema com merenda ela corre atrás e fiscaliza.

_Como é feita a distribuição dos recursos recebidos pela escola?

Resposta: Os recursos como o PDDE vêm diretos para a APM, sendo que a mesma discute o que irá comprar. Nesse momento o gestor é alheio a condução dos membros da APM, o gestor deixa que a APM decida o que irá comprar. Depois ele faz cotação de preços, pegando sempre valor mais alto. Por quê? Por que isso me leva quando for realmente comprar o produto não tenho surpresas, como já tive no inicio da minha gestão tive que desembolsar R\$800,00. Quando fui comprar os preços já havia aumentado.

Observação: O diretor apresentou dados referentes à distribuição da Verba recebida em 2011 e explicou como deve ser o procedimento seguindo as normas que a SEMED estabelece:

Quadro 1 Demonstrativo de recursos referentes ao Programa Dinheiro na Escola- PDDE/2011

Categoria	Ensino Médio	Ens.Fundamental	Total Geral
Custeio	1.746,48	5.267,34	7.013,82
Capital	436,62	1.762,92	2.199,54
TOTAL	2.183,10	7.030,26	9.213,36

Fonte: Direção da E.M.Arnaldo de Figueiredo

Os dados da entrevista indicam que para a obtenção de fundos para a escola o gestor dever reunir a comunidade escolar, informar os valores de custeio e capital do ensino fundamental lavrando-os em ata. Deve elencar as prioridades do que será adquirido, tendo como foco o aluno. O material a ser comprado deverá prestar-se a uso

coletivo e em quantidade que não caracterize estoque. Uma pesquisa das prioridades é necessária. Uma segunda reunião com a comunidade deve ser realizada na qual se faz constar em ata a discriminação de todos os itens a serem adquiridos tanto de custeio como de capital e esta será encaminhada SEMED. A escola aguardará a aprovação do Plano pela SEMED. Após a aprovação deve haver uma pesquisa de preços. A escola terá certo prazo para realizar as despesas e delas prestar contas.

Durante a entrevista o gestor valorizou as parcerias com os grupos como SEBRAE, Faculdade Anhanguera, Fazendas 3 Barras, pois proporcionam o bom andamento das atividades com os alunos. A Fazenda 3 Barras inicia os alunos no processo de castração dos bois.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tem servido também para minimizar distorções sociais, através de programas como a Bolsa escola. Sobre a educação repercutem duas estratégias: uma voltada para a formação do trabalhador e a outra para a gestão ou redução da pobreza. Na realidade a marca dessa reforma é a padronização e massificação de alguns processos, que não se confundem com reformas estruturais, mas visam diminuir custos e tornar possível o controle das políticas implementadas.

Analisar as políticas voltadas a Educação do Campo é um exercício importante, tendo em vista que fazem parte de um longo processo que envolve a agenda de governo e agenda política e que nem sempre as necessidades e demandas sociais são abarcadas por essas agendas, pois dependem da conjuntura política, da vontade dos legisladores, da eleição de prioridades e da mobilização social dos governantes.

Essas políticas apresentam fragilidades, quanto ao financiamento, formação e valorização dos profissionais da educação. Evidenciam desafios de um longo caminho que percorre no sentido de sua incorporação nos sistemas de ensino Federal, Estadual e Municipal. A situação da escola estudada só não é de precariedade total em razão das parcerias com instituições e fazendeiros das adjacências que apóiam e auxiliam no desenvolvimento dos projetos com o gestor da escola. Em se tratando de escola pública do campo a questão é de saber até que ponto a qualidade social dos projetos propostos e

desenvolvidos contemplam interesses de formação efetiva que os adolescentes e jovens do Ensino Médio podem aspirar atualmente.

Portanto, acredito que a formulação das políticas para a Educação do Campo intensificou. Contudo, há desafios que precisam ainda ser superados, tais como: o desconhecimento das experiências educativas não formais e/ou alternativas mediante difusão delas e sua publicização; mudanças na política de financiamento contemplam efetivamente o ensino fundamental e o ensino médio profissionalizante nas escolas do campo. A falta de efetividade de práticas que culminem a tradução prática e real das políticas públicas para a educação do/no campo fica, portanto constatada. Porém, não basta que os problemas da educação entrem nas agendas políticas e de governos, é fundamental que haja, também, participação e manifestação dos Movimentos Sociais em favor da escola pública e gratuita do/no campo, como forma de assegurar o direito e o acesso de todas as crianças, jovens e adultos à educação, sem discriminação de nenhum tipo.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei n. 11.494/2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –FUNDEB**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm
Acessado em 22 de junho de 2010.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação(PDE)**. Disponível em Portal do MEC, Acessado em: 07 Dez.2010.

CAMPO GRANDE/MS. **Política de Educação Para a Rede Municipal de Ensino de Campo Grande**. Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Campo Grande, 2006.

CAMPO GRANDE/MS. **Política de Gestão Escolar da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande**. Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Campo Grande, 2007.

CURY, C. R. J. O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática. In: OLIVEIRA, D. A. (org.) **Gestão democrática da educação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

DAVIES, Nicholas. **Fundeb: solução ou remendo para o financiamento da educação básica?**

27.7.2005<<http://www.gruhbas.com.br/noticias.asp?mes=9&ano=2005>> (acesso 22 de junho de 2010).

MATO GROSSO DO SUL. CAMPO GRANDE. DELIBERAÇÃO CME/MS N 960, de 10/09/2009 - **Organiza, Credencia e Autoriza o Funcionamento da Educação Básica nas Escolas do Campo na Rede Municipal**. Campo Grande DOU N. 2875 p. 20.

PARO, V. H. **Administração Escolar: introdução crítica**, 11ª edição – São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, V.H. Gestão Democrática da escola pública. In: **Situação e Perspectivas da Administração da Educação Brasileira: uma contribuição**. São Paulo : editora Ática, 1997 – cap. 6, p. 83 – 104.